

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências humanas [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-276-0

DOI 10.22533/at.ed.760192404

1. Antropologia. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil.
3. Pesquisa social. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Chega mais perto e contempla as palavras.

Cada uma

Tem mil faces secretas sobre a face neutra

E te pergunta, sem interesse pela resposta,

Pobre ou terrível, que lhe deres:

Trouxeste a chave?

Drummond

O livro faz parte da publicação de três volumes reuni trabalhos e pesquisas realizadas por acadêmicos de universidades realizadas na diversas Regiões do Brasil. O rigor metodológico e científico presentes na elaboração do livro revela a seriedade e a profundidade com que os temas foram tratados, por isso, trata-se de uma leitura necessária e obrigatória para quem pretende fazer ciência no Brasil. Faço deslizar lentamente os meus olhos pela linha de palavras que compõem o tema deste livro, sendo o meu primeiro desafio: qual face dessas palavras, entre as mil que possam ter, escolherei para tecer o fio que me permitirá entrar e sair do labirinto deste texto, de saída, que o discurso daquele que analisa não pode ter a aspiração de ser o avesso de discursos outros (do filósofo, do educador, da histeria, do mestre na intenção de passar-lhes a purificado.

Gostaria de me deixar levar pelos pensamentos que me arrebatam no processo que ora início de me haver com a provocativa questão: afinal, qual a importância dos conhecimentos produzidos por nós mesmos na área das chamadas Ciências Humanas?

Contudo, sinto-o agora, o começo de qualquer discurso, como reconheceu Foucault, é angustiante. Ele, que tratou com seriedade e rigor o tema, sentiu o forte o peso que lhe conferia a linguagem em sua aula inaugural no Collège de France. Em sua fragilidade humana confessou:

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo o começo possível.(...) (p.5)

Escrever é como falar, uma captação de palavras; encontrar aquelas apropriadas para dar forma ao pensamento promove a obstinação de um arqueólogo. Percebo que a língua é uma matéria prima indócil. Em primeiro lugar, porque quem escreve luta com palavras, como escreveu Drummond (*O lutador*). Em segundo, porque força o autor no confronto com a própria solidão, com a lacuna de “algo que pudesse ter estado sempre aí” e pudesse, simplesmente, deixar-se (con) fundir.

Isso me faz refletir sobre a produção de conhecimento, quase sempre nos referimos à construção de saberes apontados sob a forma escrita. Nos meios acadêmicos essa é, ao mesmo tempo, uma exigência das agências de fomento e uma forma de controle institucional de produção. Somos impelidos a escrever e a estar cada vez mais em

solidão. O risco que corremos: terminarmos por nos afastar do mundo e dos papéis que, nas ruas, nas esquinas, em nossas casas e classes tornam a vida um movimento coletivo de fazer, desfazer e compreender o cotidiano. Meio da cultura viva, que pulsa, lateja, vibra e produz conhecimentos.

Alguns poderiam ajustar que quem fala não escolarizado compartilha e participa da produção do que se indica, carente, despectivo, desdenhativo de “senso comum”. Outros rebateriam, considerando que todo saber produzido coletivamente, nos esforços diários que fazem as pessoas para entenderem a vida, é uma configuração legítima e considerada e qualificada de conhecimento. Alguém, por seu turno, poderia se acelerar em responder: “Mas o que o povo produz são compreensões leigas e estamos, aqui, falando de sistemas de verdades produzidas pelas ciências humanas, produzidos não nas ruas, mas em centros de pesquisas e universidades.” Temos, nesse “esclarecimento”, o desvelamento da divisão bem conhecida entre saber acadêmico e saber popular.

O risco do banimento da vida vivida pelos personagens que, incongruente, pretendemos pesquisar, se torna fato abalizado pelas fronteiras geográficas e fixas que criamos para constituir aqueles mesmos centros e universidades. O medo, prenuncio e ameaça, de sofrermos agressões por esse mundo que nos parece exterior, nos fazem idealizar, planejar e criar novas estratégias de confinamento espacial e sendo assim colocamos cercas em todo o espaço que acolhe as construções em que trabalhamos.

“Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.”

Walter Benjamin

Ficamos nós como salvos para estarmos sempre às bordas com nossa produção escrita e com a tarefa de calcular cada novo texto, assim que concluído, nas diversas formas de registro, para, logo em seguida, recomeçarmos o mesmo ciclo. Vemo-nos absorvidos por uma rede de protocolos que consome tempo e nos rouba a vida partilhada com nossos próprios. Se isto só não fosse suficiente, por sermos avaliados pelo que produzimos, nos tornamos “pessoas-produtos”. O próprio jogo institucional nos classifica em pesquisadores melhores e piores, medianos e brilhantes, nos distribui em níveis hierárquicos sob siglas bem definidas pelas agências de fomento. Passamos a no olhar com a discriminação que tais classificações acabam por nos conceber. Separamo-nos assim, vaidosamente, uns dos outros, como se estivéssemos submergidos num encastelamento.

Ainda que o racismo seja uma planta daninha, nociva e abjeta, cuja existência incriminamos, repudiamos e cuja natureza analisamos em nossos textos bem-comportados e politicamente corretos, acabamos por reproduzi-lo em nossas vidas vividas. Emancipamos dele em nossas vidas escritas; estas, codificadas em livros e artigos, que ficam disponibilizados nas universidades e nos meios digitais. Tentamos

sair intatos em nossa consciência, justificando que, afinal, critérios objetivos nos dividem, mas esquecemos que eles, os critérios, atendem a interesses políticos e ideológicos que amparam, nesse período histórico, “isso” que chamamos *de estado democrático de direito*.

Difícil pensar em uma escola *para os outros e para todos*, ou seja, em uma escola inclusiva, quando nós mesmos nos isolamos em circunscritos grupos de relações, tornando-os abalizados, e muitas vezes, intransmissível entre si.

Eis uma questão me assenta em desalento. Vou expô-la aqui: o que, afinal, estamos fazendo com o cuidado de si, a partir do conhecimento que produzimos para outras pessoas? Ou, como nos provoca Foucault (1998)

de que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? (p.13)

O retorno transformador do conhecimento para aquele que conhece deve ser uma prática de bastidores e individual, ou seja, deve estar apartado do processo de produção do conhecimento enquanto tal. Esse pensamento, Foucaultiano (1998) responde:

Mas o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? (...) O “ensaio” (...) é o corpo vivo da filosofia, se, pelo menos, ela for ainda hoje o que era outrora, ou seja, uma “ascese”, um exercício de si, no pensamento. (idem, p. 13).

Foucault nos acena a filosofar como um exercício de (re) escrita de si, por meio *de práticas reflexivas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam formas de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo*.

A importância das Ciências Humanas na produção de conhecimento, no entanto, não para a Educação, mas para nós mesmos, que habitamos os espaços onde, institucionalmente, conferimos materialidade às Faculdades de Educação. Todavia, já avanço: coloquei-me como membro, escrevo como parte dela. Faço parte do jogo que pretendi desnudar.

Perseguindo ainda a ideia de que nossa produção, às vezes, se torna uma compulsão que não nos permite ter tempo de deleitar-se o que produzimos, tento pensar como, usualmente, saímos desse impasse.

Creio que, às vezes, nos iludimos pensando que, quanto mais aprendemos, mais afinados teoricamente ficamos, mais temos o que ensinar às novas gerações. Segunda armadilha: se já sabemos o que ensinar, qual o espaço de criatividade que damos ao aluno? Temos alguma garantia sobre o que, de fato, ensinamos?

A ideia não é nova, basta lembrar Paulo Freire. Todavia, o desejo como o movimento do amante em direção ao preenchimento de uma falta não passível de objetivação pelo amado.

Portanto, a aprendizagem é algo que escapa, que não se pode controlar de formas que se pode propiciar no jogo amoroso de buscas recíprocas de atendimento de desejos, também recíprocos, do professor e do aluno em necessária parceria afetiva.

Arrisco concluir que aquilo que produzimos pode, apenas em parte, atender ao aluno. E, naquilo que atende, talvez não possamos nunca precisar em quê. O que sabemos é ponto de partida de nossa oferta, não é a satisfação da demanda daquele que busca conhecer.

Com isso, o saber e a ciência adquirem um papel ainda mais relevante do que tinham em tempos atrás. As concepções de produção do conhecimento sofrem alterações a cada época, pois cada momento histórico tem seus próprios modelos e suas próprias maneiras de ver, agir e sentir, acompanhados de um novo conceito de produção do conhecimento e, conseqüentemente, do que venha a ser válido e reconhecido. O conhecimento está sempre associado à situação transitória de evolução em que se encontram as sociedades em variadas épocas, determinando e sendo pela situação determinado. Para esse trabalho de reflexão sobre a produção de conhecimento na sociedade da informação abordaremos, inicialmente, o processo de construção de conhecimento, o conhecimento científico e a pesquisa em ciências humanas, mais especificamente em educação, contextualizando, em seguida, com a sociedade da informação e as novas discussões emergentes sobre o conhecimento científico.

Com a perspectiva de Walter Benjamin de que “o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois”, fizemos essa pequena inserção empírica no sentido de acrescentar outras vozes na interlocução que viemos fazendo. Conscientes dos limites e desafios que precisamos assumir para aprofundamento deste tema, ficou para nós que: “escrever é isso aí: interlocução”.

No artigo **ISABEL O MUERTE!**: **O APOIO DA EXTREMA-DIREITA PERONISTA AO GOVERNO DE MARÍA ESTELA MARTÍNEZ DE PERÓN ATRAVÉS DA REVISTA *EL CAUDILLO* (1973-1975)**, a autora Nádia Cristiane Coelho da Silva Kendzerski, busca investigar procuramos demonstrar como a revista *El Caudillo de la Tercera Posición*, mesmo não se declarando como uma publicação da direita peronista, possuía um discurso pró-Isabel e de aniquilação dos infiltrados e traidores. Seu tom ameaçador através do slogan “*el mejor enemigo es el enemigo muerto*”. No artigo **OS DOIS LADOS DO ESPELHO – PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PODER** o autor ou autora CLAUDIA PEIXOTO CABRAL, buscam abordar a relação de dominação e controle, exercida pelo Estado, no contexto histórico dos protestos de junho de 2013, a partir da concepção de construção discursiva em ocorre a criação de uma imagem que instaura uma representação estereotipada discriminatória da ação coletiva e do sujeito manifestante. No artigo **A BELEZA DO TEMPO: NARRATIVAS DO ENVELHECER FEMININO**, os autores Camila Cuencas Funari Mendes e Silva Mariele Rodrigues Correa Leonardo Lemos de Souza buscam analisar o envelhecer feminino na contemporaneidade. A velhice têm sua história e,

esta, é determinada em cada época e em cada cultura de forma diferente. No artigo **A CONSTRUÇÃO CONTÍNUA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO E OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA** o autor Gabriel Pancera Aver buscou-se analisar de forma pormenorizada dois desafios enfrentados pela democracia representativa, a saber, a dificuldade de separar representantes e representados, a formação de uma elite política distanciada das massas e a ruptura do vínculo entre a vontade dos representantes e a dos representados. No artigo **A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO COM A PESSOA IDOSA** a autora Érica Elisa Nickel, apresentou os resultados de pesquisa do programa de educação para o trânsito, direcionada à pessoa idosa, denominado “Boa prosa sobre trânsito” ocorrido em Curitiba, no Paraná, entre 2014 e 2016, realizado por uma organização não governamental. No artigo **A FORMAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: REFLEXÃO DA PRÁTICA COM FOCO NO PENSAMENTO COMPLEXO**, as autoras Francisca Janice Silva Ana Paula Fernandes Cunha, objetivo deste é elucidar a necessidade da implantação do pensamento complexo, para o processo de aprendizagem do coordenador pedagógico como formador de professor, na abordagem transdisciplinar. No artigo **A GENÉTICA DA DOENÇA DE ALZHEIMER E OS NOVOS AVANÇOS PARA O DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA DA PATOLOGIA**. As autoras Andréia de Oliveira Militão e Angela Maria Sales Barros buscam trazer informações relevantes sobre a DA com ênfase à genética e aos novos avanços, coletadas, através de revisão bibliográfica, e anteriormente publicadas em revista científica e anais de congresso, foram reorganizadas e disponibilizadas de forma a facilitar o conhecimento sobre a doença, ao acesso e contribuir com pesquisas voltadas ao entendimento da doença. No artigo **A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA REGIONAL ALTO ACRE** a autora Amanda Rebeka Lima de Souza buscou se, no presente trabalho, compreender os modelos de gestão que são usados atualmente na regional do Alto Acre. Avaliar a dinâmica territorial é fundamental para a pesquisa. Para isso, foi necessário o levantamento de documentos, leis e projetos em escala nacional, estadual e municipal. De acordo com os resultados encontrados, as políticas públicas implantadas na regional não atendem a maior parte da população que habita ali. No artigo **A LUTA PELA TERRA E A RECRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO UBÁ- SANTA QUITÉRIA-CEARÁ** as autoras Janaiára Maria de Paiva Ferreira e Sandra Maria Fontenele Magalhães buscam entender o processo de luta dos camponeses pela conquista da terra do assentamento Ubá do município de Santa Quitéria- Ceará, buscando apreender como os camponeses resolveram resistir e lutar contra a dominação dos latifundiários. No artigo **A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE CHAPECÓ: POTENCIALIDADES E DESAFIOS**, os autores Everton Gabriel Bortoletti e Laise Ziger buscam identificar os desafios e potencialidades da participação social no Conselho Municipal de Política Cultural de Chapecó (CMPC), tendo em vista suas peculiaridades de atribuições, composição e representação. No artigo **A PRÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR**

COMO ALTERNATIVA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO, os autores Fernanda Penteado, Alison Diego Leajanski, Willian Samuel Santana da Roza buscam pontuar os principais fatores que podem configurar a prática da agricultura familiar enquanto possibilidade de permanência das pessoas no espaço rural, destacando alguns aspectos referentes ao êxodo rural e a sua problemática, assim, apresentar uma discussão teórica e conceitual. No artigo **A SEMIÓTICA NO MUNDO DA MODA: UMA VISÃO PSICANALÍTICA** busca analisar a moda não é somente a escolha do vestuário, mas está ligada a formas culturais de expressão e principalmente de linguagem. É através dela que o sujeito pode demonstrar sua personalidade, seus costumes e representar uma dada forma de ser, atribuindo significados e valores para essa ação. Acredita-se que todos esses significados englobam a semiótica e moda que dentro dessa perspectiva é vista como um produto cultural desses significados. No artigo **A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DA CONTINUIDADE DO PROCESSO NA PERSPECTIVA LÚDICA**, os autores Isa Stavracas, Ana Lee Claudio, Rebeca Josiane Ferreira da Silva, Sandra Esteves de Camargo, Vanessa Alves Duarte de Oliveira, buscar fazer uma análise da transição vivenciada pelos alunos da educação infantil para o ensino fundamental, a fim de verificar como os níveis de ensino se articulam para dar continuidade aos processos que envolvem o lúdico que se iniciam na educação infantil e devem se formalizar nos anos iniciais do ensino fundamental I – Ciclo de Alfabetização. No artigo **A UATI COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL E OTIMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR DA PESSOA IDOSA NA CIDADE DE BRUMADO – BA** os autores Anderson Ribeiro dos Anjos Caroline Malta Santos Almeida, Universidade, Stefani Monique Vasconcelos, Sheila Marta Carregosa Rocha, buscam investigar o seguinte: De que forma o projeto de extensão intitulado “Universidade Aberta a Terceira Idade” desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia pode contribuir com a inclusão social e otimização do bem-estar dos idosos residentes na cidade de Brumado – Ba. No artigo **AVALIAÇÃO DO DECLÍNIO FUNCIONAL EM UMA IDOSA DA COMUNIDADE: RELATO DE CASO**, os autores Helane Santana Cruz e Víncius Zacarias Maldaner da Silva buscam relatar o caso de uma idosa atendida pela equipe de estratégia saúde da família na cidade de Brasília-Distrito Federal. Método: estudo observacional, do tipo relato de caso, conduzido à uma idosa da comunidade durante a visita domiciliar. Os dados foram coletados por meio do questionário VES-13. No artigo **CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO DE BLUMENAU/SC: UMA EXPERIÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR**, as autoras Gisele Cristine Zimmer Samagaia e Mara Rúbia Rutzen realizaram uma pesquisa bibliográfica e documental para comparação e discussão com a realidade do Centro de Saúde do Idoso de Blumenau. No artigo **COMO NOS TEMPOS DA “BABA”:** A PRODUÇÃO DE CERVEJA CASEIRA EM IRATI-PR, ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI, Matheus Alexandre Razera, Valter Martins analisar diferentes receitas e a prática de preparar cerveja artesanal, descobrir como este saber é aprendido e repassado. Para tanto

utilizamos o método da História Oral e textos teóricos sobre História da Alimentação. No artigo **CONSCIENTIZAÇÃO PARA O CONSUMO ADEQUADO DA ÁGUA: UM TRABALHO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II**, os autores José Daniel Soler Garves, Andrezza Santos Flores, Cibele Diogo Pagliarini, Ângela Coletto Morales Escolano buscam discutir a importância do uso consciente da água, os motivos dessa escassez, as consequências do uso inadequado e a necessidade de redução do consumo de água. No artigo **CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO MULTIDISCIPLINAR BASEADO NA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE INCAPACIDADE E SAÚDE (CIF)**, os autores Auristela Duarte Moser, Fernanda Cury Martins Teigão, Kethelyn Contente Alves, buscam Construir um instrumento multidisciplinar de avaliação da funcionalidade em idosos institucionalizados baseado na CIF e validá-lo com especialistas da área. No artigo **DILEMAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: VIDA COTIDIANA E SOCIABILIDADE NO LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO EM PELOTAS (RS)**, a autora Pamela da Costa Lopes Sales busca apresentar os laços de sociabilidade e as situações de conflito vividos pelos moradores, antes e após a política urbanística de regularização implementada pelo poder público municipal. No artigo **DISCURSOS SOBRE A SEXUALIDADE INFANTIL NO PROGRAMA “PROFISSÃO REPÓRTER”**, os autores Ana Elisa Nardo Caseri e Carmem Lúcia Sussel Mariano buscou-se analisar como o Programa “Profissão Repórter”, da Rede Globo de Televisão, abordou as temáticas associadas à sexualidade infantil e juvenil, para apreender que sentidos estão sendo construídos e os usos que têm sido feitos desses temas pela mídia. No artigo **EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: o papel da formação continuada**, os autores Maria Almerinda de Souza Matos, Cátia de Lemos, Claudenilson Pereira Batista buscaram relatar os avanços na educação de uma criança cega a partir da formação continuada para a mãe e a professora. No artigo **ENTRE DOENÇAS, CURAS E BENZEDURAS: O OFÍCIO DAS BENZEDEIRAS EM REBOUÇAS, PARANÁ, NO LIMAR DO SÉC. XXI**, os autores Marcia Scavinski e Valter Martins analisar mudanças e permanências nas práticas e no ofício dessas benzedadeiras ao longo do tempo, compreendendo as suas práticas curativas, investigando a memória dessas mulheres a partir de depoimentos, relacionando com a história da religiosidade popular.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“¡ISABEL O MUERTE!”: O APOIO DA EXTREMA-DIREITA PERONISTA AO GOVERNO DE MARÍA ESTELA MARTÍNEZ DE PERÓN ATRAVÉS DA REVISTA <i>EL CAUDILLO</i> (1973-1975)	
Nádia Cristiane Coelho da Silva Kendzerski	
DOI 10.22533/at.ed.7601924041	
CAPÍTULO 2	17
OS DOIS LADOS DO ESPELHO – PROTESTOS DE JUNHO DE 2013 E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PODER	
Claudia Peixoto Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.7601924042	
CAPÍTULO 3	35
A BELEZA DO TEMPO: NARRATIVAS DO ENVELHECER FEMININO	
Camila Cuencas Funari Mendes e Silva	
Mariele Rodrigues Correa	
Leonardo Lemos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.7601924043	
CAPÍTULO 4	47
A CONSTRUÇÃO CONTÍNUA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO E OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	
Gabriel Pancera Aver	
DOI 10.22533/at.ed.7601924044	
CAPÍTULO 5	61
A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO COM A PESSOA IDOSA	
Érica Elisa Nickel	
DOI 10.22533/at.ed.7601924045	
CAPÍTULO 6	69
A FORMAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: REFLEXÃO DA PRÁTICA COM FOCO NO PENSAMENTO COMPLEXO	
Francisca Janice Silva	
Ana Paula Fernandes Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.7601924046	
CAPÍTULO 7	80
A GENÉTICA DA DOENÇA DE ALZHEIMER E OS NOVOS AVANÇOS PARA O DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA DA PATOLOGIA	
Andréia de Oliveira Militão	
Angela Maria Sales Barros	
DOI 10.22533/at.ed.7601924047	
CAPÍTULO 8	92
A GESTÃO DO TERRITÓRIO NA REGIONAL ALTO ACRE	
Amanda Rebeka Lima de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.7601924048	

CAPÍTULO 9	107
A LUTA PELA TERRA E A RECRIAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO UBÁ- SANTA QUITÉRIA-CEARÁ	
Janaiára Maria de Paiva Ferreira Sandra Maria Fontenele Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.7601924049	
CAPÍTULO 10	115
A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE CHAPECÓ: POTENCIALIDADES E DESAFIOS	
Everton Gabriel Bortoletti Laise Ziger	
DOI 10.22533/at.ed.76019240410	
CAPÍTULO 11	122
A PRÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO ALTERNATIVA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO	
Fernanda Penteado Alison Diego Leajanski Willian Samuel Santana da Roza	
DOI 10.22533/at.ed.76019240411	
CAPÍTULO 12	130
A SEMIÓTICA NO MUNDO DA MODA: UMA VISÃO PSICANALÍTICA	
Gabriela Cristina Maximo Evandro Fernandes Alves	
DOI 10.22533/at.ed.76019240412	
CAPÍTULO 13	139
A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE DA CONTINUIDADE DO PROCESSO NA PERSPECTIVA LÚDICA	
Isa Stavrakas Ana Lee Claudio Rebeca Josiane Ferreira da Silva Sandra Esteves de Camargo Vanessa Alves Duarte de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.76019240413	
CAPÍTULO 14	152
A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: OS RITOS DE PASSAGEM E AS EXPECTATIVAS DAS CRIANÇAS SOBRE O PROCESSO	
Isa Stavrakas Fernanda Alexandre dos Santos Loide Giacometti Bervanger Stefani Leite Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.76019240414	

CAPÍTULO 15	165
A UATI COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL E OTIMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR DA PESSOA IDOSA NA CIDADE DE BRUMADO – BA	
Anderson Ribeiro dos Anjos Caroline Malta Santos Almeida Stefani Monique Vasconcelos Sheila Marta Carregosa Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.76019240415	
CAPÍTULO 16	174
AVALIAÇÃO DO DECLÍNIO FUNCIONAL EM UMA IDOSA DA COMUNIDADE: RELATO DE CASO	
Helane Santana Cruz Vínicius Zacarias Maldaner da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.76019240416	
CAPÍTULO 17	182
CENTRO DE SAÚDE DO IDOSO DE BLUMENAU/SC: UMA EXPERIÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR	
Gisele Cristine Zimmer Samagaia Mara Rúbia Rutzen	
DOI 10.22533/at.ed.76019240417	
CAPÍTULO 18	192
COMO NOS TEMPOS DA “BABA”: A PRODUÇÃO DE CERVEJA CASEIRA EM IRATI-PR, ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI	
Matheus Alexandre Razera Valter Martins	
DOI 10.22533/at.ed.76019240418	
CAPÍTULO 19	207
CONSCIENTIZAÇÃO PARA O CONSUMO ADEQUADO DA ÁGUA: UM TRABALHO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II	
José Daniel Soler Garves Andrezza Santos Flores Cibele Diogo Pagliarini Ângela Coletto Morales Escolano	
DOI 10.22533/at.ed.76019240419	
CAPÍTULO 20	216
CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM INSTRUMENTO MULTIDISCIPLINAR BASEADO NA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE INCAPACIDADE E SAÚDE (CIF)	
Auristela Duarte Moser Fernanda Cury Martins Teigão Kethelyn Contente Alves	
DOI 10.22533/at.ed.76019240420	
CAPÍTULO 21	230
DILEMAS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: VIDA COTIDIANA E SOCIABILIDADE NO LOTEAMENTO NOVO MILÊNIO EM PELOTAS (RS)	
Pamela da Costa Lopes Sales	
DOI 10.22533/at.ed.76019240421	

CAPÍTULO 22	246
DISCURSOS SOBRE A SEXUALIDADE INFANTIL NO PROGRAMA “PROFISSÃO REPÓRTER”	
Ana Elisa Nardo Caseri	
Carmem Lúcia Sussel Mariano	
DOI 10.22533/at.ed.76019240422	
CAPÍTULO 23	258
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: O PAPEL DA FORMAÇÃO CONTINUADA	
Maria Almerinda de Souza Matos	
Cátia de Lemos	
Claudenilson Pereira Batista	
DOI 10.22533/at.ed.76019240423	
CAPÍTULO 24	270
ENTRE DOENÇAS, CURAS E BENZEDURAS: O OFÍCIO DAS BENZEDEIRAS EM REBOUÇAS, PARANÁ, NO LIMIAR DO SÉC. XXI	
Marcia Scavinski	
Valter Martins	
DOI 10.22533/at.ed.76019240424	
SOBRE A ORGANIZADORA	287

EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: O PAPEL DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Maria Almerinda de Souza Matos

PPGE/Universidade Federal do Amazonas – AM

Cátia de Lemos

Universidade Federal do Amazonas – AM

Claudenilson Pereira Batista

Universidade Federal do Amazonas - AM

RESUMO: O artigo foi elaborado a partir da experiência dos autores, que são profissionais da Gerência de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação - SEMED/Manaus/AM e instituições parceiras, como é o caso do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial – NEPPD/FACED da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, Biblioteca Braille do Amazonas, dentre outras. Teve como objetivo relatar os avanços na educação de uma criança cega a partir da formação continuada para a mãe e a professora. A capacitação foi solicitada pela gestora escolar, pois, percebeu que tanto a professora quanto a mãe precisavam de orientação e auxílio no processo de ensino-aprendizagem da criança. Para atingir o objetivo proposto, realizou-se uma revisão da literatura pertinente, buscando o aporte teórico referente à Educação Inclusiva, Educação Especial e, mais especificamente, da deficiência visual, para subsidiar o relato. Optou-se por uma pesquisa em uma abordagem qualitativa,

Lüdke (2013) com um enfoque nos estudos dialéticos de Sánchez Gamboa (2013). Os instrumentos para a coleta de dados foram a observação direta e os relatos da professora e da mãe por meio de entrevistas abertas com o auxílio de um roteiro aplicado não rigidamente. Os resultados demonstraram uma mudança de posturas da professora e da mãe em relação à criança, culminando no fortalecimento da parceria família/escola. Enfim, acredita-se que a inclusão não será possível enquanto toda a sociedade não estiver engajada na luta pela construção de um novo paradigma educacional, ensinando ao mundo relações mais éticas, solidárias e que valorize as singularidades de cada ser humano.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Deficiência Visual. Formação Continuada.

EDUCATION FOR CHILDREN WITH VISUAL IMPAIRMENT: THE ROLE OF CONTINUING EDUCATION

ABSTRACT: This article was written from the authors' experiences, who have been acting as professionals at the Management of Special Education in the Municipal Department of Education - SEMED / Manaus / AM, and other partner institutions, such as the Federal University of Amazonas / UFAM Differential

Psychopedagogy Center of Studies and Research - NEPPD / FACED, the Braille Library of Amazonas, among others. The objective is to report the advances in education for a blind child considering the mother's and the teacher's continuing education. Qualification was requested by the school principal, as it was noticed the need for guidance for them both, the teacher and the mother, in the child's teaching-learning process. In order to reach the proposed objective, the pertinent literature was reviewed, on theoretical contribution referring to Inclusive Education, Special Education and, more specifically, Visual Impairment, to support the report. A qualitative approach on the research was chosen, Lüdke (2013) focusing on dialectical studies of Sánchez Gamboa (2013). Direct observation, open and no script rigid interviews with the teacher and the mother were the instruments for data collection. It was shown by the teacher and the mother a change of positions towards the child as a result, what strengthened the partnership between family/school. Finally, it is believed that inclusion will not be possible if the society as a whole is not engaged on struggling for the construction of a new educational paradigm, teaching more ethical, solidary relations and valuing each human being singularities.

KEYWORDS: Inclusive Education. Visual impairment. Continuing Education

INTRODUÇÃO

As diversas transformações políticas, econômicas, sociais, culturais e científicas do mundo contemporâneo exigem cada vez mais uma educação que forme os trabalhadores para o mundo do trabalho, instaurando um sentimento de competição acirrada, comportamentos padronizantes e padronizadores.

Neste contexto global, a Educação, muitas vezes, é mecanicista e reproduz mansamente a lógica capitalista, conteudista e acrítica da sociedade.

No cenário educacional, Lemos (2008) alerta que a educação desponta como alvo de errôneas interpretações por parte de profissionais que não aprenderam a ser educadores, pois educar, para eles, tornou-se um fardo pesado demais onde não existe espaço à reflexão, à pesquisa, ao compromisso responsável e ao projeto de uma nova concepção educativa.

Na contramão desse processo mercadológico e que visa somente o lucro, propõe-se uma educação que perpassando pela formação epistemológica e acadêmica, também indispensáveis ao profissional da educação, possibilite uma formação humanística, incentivando os professores a viver no mundo em convivência saudável com a diversidade.

Assumindo essa concepção, este artigo foi um dos resultados do trabalho denominado Assessoramento Pedagógico e Formação Continuada Docente, desenvolvido pelos profissionais da Gerência de Educação Especial da – SEMED – Manaus/AM, cumprindo as exigências do Decreto 6.571/08, que visa garantir aos estudantes com deficiência uma educação de qualidade, como um processo sócio-

histórico e não a serviço das elites dominantes.

Em conformidade com o pensamento de Machado (2008, p. 36) o atendimento educacional especializado – AEE é: “[...] um serviço da educação especial que tem por objetivo garantir ao aluno com deficiência serviços e recursos de acessibilidade ao conhecimento e aos ambientes escolares”.

Assim, durante os anos letivos compreendidos entre 2009 e 2012 foram realizados acompanhamentos a 152 alunos da rede pública municipal, com diferentes graus de deficiência visual. Destes, destaca-se o caso de uma estudante com (08) oito anos de idade, matriculada em uma escola municipal e cursando o 1º. ano do Ensino Fundamental. Escolheu-se este caso, obedecendo aos critérios de localização geográfica da escola e condições socioeconômicas desfavoráveis da família em contraste ao grande interesse da criança em aprender. Segundo a escola, a referida estudante apresentava dificuldades para enxergar, o que dificultava o processo de aprendizagem na leitura, na escrita e na realização de cálculos matemáticos, além das dificuldades da docente e de todos da turma em aprender como lidar com as especificidades da aluna.

O primeiro contato da equipe de assessoramento pedagógico com a escola se deu em março/2009 para conhecer a dinâmica nas relações entre a estudante e os demais atores que compõem o espaço escolar. A partir desse primeiro contato, foi possível:

1. Obter uma cópia do laudo médico (Documento que atualmente não é mais obrigatório para que o aluno receba o atendimento pedagógico específico, conforme a nota técnica nº 4/14) da criança, detectando que ela possuía acuidade visual muito reduzida e uma fotofobia (sensibilidade excessiva à claridade solar) agravada pela ausência do uso de óculos escuros;
2. Realizar algumas mudanças significativas no ambiente da sala de aula (sugeriu-se que a professora confeccionasse uma cortina de TNT com as crianças para minorizar a claridade excessiva da classe e evitasse plastificar os cartazes para não causar a reflexologia (é quando a claridade reflete no cartaz plastificado, incidindo no cristalino um brilho excessivo nos olhos, ocasionando um desconforto visual);
3. Promover adequação curricular, demonstrando como se constitui o currículo funcional. Segundo pressupostos de Pastor (1995) e Cerqueira (S/D), Currículo Funcional é construído, adaptando os componentes da matriz curricular, conforme às necessidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência. Desse modo foi possível também adaptar as atividades de Educação Física, visita à biblioteca escolar, aulas de informática e participação ativa dos estudantes com ou sem deficiência em todas as festividades oferecidas pela escola;
4. Remover mobiliários nos corredores da escola como um todo, a fim de garantir uma melhor acessibilidade arquitetônica e, na preservação do direito de ir e vir, de acordo com a Constituição Federal (1988) e a trafegabilidade com autonomia e independência, como pressupõe as Leis 10.048/00 e 10.098/00, respectivamente. Na ocasião, também foi possível apresentar o

ambiente escolar à criança para que pudesse construir um mapa mental do espaço geográfico que a cercava, facilitando a locomoção com segurança;

5. A mãe, por sua vez, foi convidada a participar de todas as etapas da formação em conjunto com a escola. Depois, em um contato individual com a equipe de Assessoramento pedagógico, realizaram momentos de entrevistas abertas na tentativa de conhecer melhor a relação estabelecida com a filha. No que se referia às ações executadas diariamente no ambiente familiar, foi possível constatar: a) ausência de conhecimento acerca dos direitos, em relação à deficiência visual e no convívio com a criança; b) Devido as dificuldades socioeconômicas relatadas pela mãe, que a casa onde a criança residia não oferecia infraestrutura necessária, mas, apesar das condições precárias, a mãe explicou que se esforçava muito para que não faltasse o alimento, o médico e a escola; c) Em um dado momento, a mãe desabafou dizendo que não incentivava a filha a estudar, pois, não acreditava que ela seria capaz de aprender. Por esse motivo, não queria alimentar falsas esperanças na menina.

Dessa maneira, para propiciar a formação continuada dos profissionais da escola e, principalmente, a professora que atendia diretamente a estudante em sala, ofereceu-se a palestra: Sensibilizar para Incluir, Inspirada nos pressupostos do Projeto "Educar na Diversidade" MEC (2003). Esse projeto estimulou a formação continuada em serviço para esclarecer conceitos sobre Inclusão Social e Educacional, Legislação e algumas estratégias de ensino para pessoas com deficiência. Essa formação continuada é geralmente oferecida para todos os funcionários da escola.

As estratégias utilizadas nessa palestra foram dinâmicas de vivências (com situações vivenciadas pelas pessoas cegas ou com baixa visão), vídeos sobre a importância da Educação Inclusiva e situações da vida prática envolvendo pessoas com deficiência visual. É notório que tais momentos são muito salutares, principalmente, quando são relatadas as experiências vivenciadas pelos próprios professores cegos (que também são palestrantes e profissionais da Educação na SEMED/Manaus/AM). Um dos pontos altos deste momento foi quando os profissionais cegos relataram suas trajetórias de vida, seus projetos para o futuro e o quanto é importante para uma pessoa com deficiência sentir-se parte do meio social, por ser um sujeito de direitos, respeitado por todos independentemente de qualquer diferença.

Com a finalidade de complementar o conhecimento obtido, foi realizada na própria escola a Formação "Abrindo os olhos", com carga horária de 20h, consistindo em noções básicas sobre:

- a. O aprendizado do Sistema Braille, (Sistema de escrita e leitura utilizado pela pessoa cega);
- b. Sorobã (utilizado para realizar cálculos matemáticos);
- c. Algumas técnicas de Orientação e Mobilidade.
- d. Apresentação de materiais pedagógicos confeccionados em alto relevo, com objetos recicláveis, como papelão, caixas diversas, retalhos de te-

cidos e texturas, entre outros, objetivando mostrar aos alunos com deficiência visual as informações táteis, por intermédio de imagens e objetos concretos.

Neste contexto, o artigo foi elaborado, na tentativa de esclarecer aspectos da educação de pessoas com deficiência visual e a importância da participação em todas as atividades da instituição onde se desenvolvem os processos educacionais.

A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Considera-se de acordo com estudos de Sá, Campos e Silva, (2007) pessoa com deficiência aquela que apresenta algum impedimento, de natureza física, mental ou sensorial. Diante de diversas barreiras existentes na vida cotidiana, pode apresentar restrição quanto à participação plena e efetiva em diversos âmbitos da convivência social.

A pessoa com deficiência visual não se difere dos demais, principalmente, no que diz respeito às normas, disciplina, direitos e deveres, mas também necessita de um ambiente estimulador e, como afirma Edler Carvalho (2006) favorável à construção da própria aprendizagem.

A capacidade de ver e interpretar as imagens visuais depende fundamentalmente da função cerebral de receber, codificar, selecionar, armazenar e associar essas imagens a outras experiências anteriores. A formação da imagem visual depende de uma rede integrada, de estrutura complexa, da qual os olhos são apenas uma parte desses sistemas, envolvendo aspectos fisiológicos, sensório-motores, perceptivos e psicológicos.

Sabe-se que a visão detecta de forma instantânea 85% dos estímulos do ambiente. Assim, a cegueira, conforme Sá, Campos e Silva, (2007, p.15) é: “[...] uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão [...]”, afeta o modo de perceber esses estímulos, como cor, tamanho, forma, posição e outros. Pode ser de natureza congênita ou adquirida, advinda de causas orgânicas ou acidentais.

Neste sentido, a escola pode incentivar a aprendizagem, motivando o estudante a desenvolver a autonomia para superar dificuldades e conflitos familiares, sejam de ordem emocional, psicológica ou social, que influenciam diretamente no desenvolvimento. Para Chacon (In: AMIRALIAN, 2009, p.57) além da escola ser o: “[...] local privilegiado de aprendizagem acadêmica e desenvolvimento social, também pode ser uma importante rede de apoio às famílias no processo educacional de seus membros”.

Neste contexto, no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência visual, a observação atenta de alguns sinais de alerta na escola torna-se fundamental, tais como: franzir a testa, esfregar os olhos, piscar excessivamente, vista vermelha ou cansada, irritabilidade, dores de cabeça constantes

ou se aproximar demasiadamente do quadro-branco para realizar a leitura, são indícios importantes.

Este fato foi percebido durante as visitas à sala de aula, devido às inúmeras dificuldades apresentadas pela estudante pesquisada.

Segundo a professora a criança pediu da mãe diversas vezes para ir a um médico, mas, a família não a levava por não acreditar que ela seria capaz de aprender.

Com esse pensamento, poucos pais investem no desenvolvimento e formação das pessoas com deficiência, acarretando, muitas vezes, no insucesso escolar.

Observando por esse prisma, Chacon (In: AMIRALIAN, 2009, p.57) esclarece que: "A família tanto pode ser uma rede de apoio quanto impeditiva na concretização do processo educativo" dos pequenos aprendizes.

Segundo o art. 32 da LDBEN 9.394/96, atualizada em abril de 2013,

o Ensino Fundamental compõe a Educação Básica, sendo obrigatório e gratuito aos educandos na faixa etária entre 4 e 17 anos (com duração de 9 anos letivos) e tem como objetivo primordial a formação básica do indivíduo, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, obtendo o domínio da leitura, escrita e cálculo, além da compreensão do ambiente que o cerca e de habilidades, atitudes e valores necessários à vida em sociedade.

Como afirma a Legislação Brasileira, é um direito à educação fundamental para todas as crianças de 04 a 17 anos e a privação, adiamento ou impedimento de tal direito, acarretará em uma série de sanções punitivas, seja por descompromisso da família ou do Estado brasileiro.

Com a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída pelo Decreto 6.571/08, todos devem ter acesso à escola comum. A inclusão educacional implica no reconhecimento e atendimento às diferenças individuais dos alunos, evitando que se transformem em desigualdades e barreiras para o aprendizado. Para Ropoli (2010, p. 09):

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula.

De acordo com Lemos (2013, p.201), a concepção inclusiva vai depender muito da maneira que: "[...] o professor encara as possibilidades e limites de seus alunos, bem como instigar novos olhares e novas concepções [...]", a partir dos conhecimentos que os alunos já trazem do ambiente familiar.

Percebe-se com isso que para a escola ser de fato inclusiva, necessita do empenho de todos da comunidade escolar, onde cada um desenvolva um papel de compromisso e responsabilidade, enfatizando o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os alunos.

Ropoli (2010, p. 10) conclui que essas mudanças "[...] não acontecem por acaso nem por Decreto, mas fazem parte da vontade política do coletivo da escola,

explicitadas no seu Projeto Político Pedagógico " PPP", onde são elencadas as metas que a escola quer realizar, decididas a partir de uma gestão escolar democrática, respaldando-se em Gadotti (2004), Frigotto (2010), Gentili (2013), entre outros.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

O princípio da inclusão requer uma filosofia de educação que busque a qualidade para todos, devendo a escola atender todos os indivíduos, sem discriminação, de acordo com a Constituição Federativa do Brasil (1988). A LDBEN 9.394/96, atualizada em abril de 2013, em seu capítulo V, art. 59, aponta que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, bem como professores do ensino regular, para a integração desses educandos nas classes comuns.

Embasados nestes princípios, faz-se necessário um novo olhar sobre a formação docente com vistas à atuação de qualidade na educação inclusiva e no atendimento aos alunos com deficiência visual, pois diante dessa realidade, são muitas as inquietações do professor, conforme cita Edler Carvalho (2006, p. 88):

[...] uma das questões problemáticas para muitos de nossos professores é: como desenvolver a prática pedagógica comum para todos e, ao mesmo tempo, sensível à diversidade, às diferenças individuais? Consideram-se despreparados para a tarefa porque a formação que receberam habilitou-os a trabalhar sob a hegemonia da normalidade. Não foram qualificados para o trabalho com diferenças individuais significativas, o que também representa mais uma necessidade de ultrapassagem: a qualidade da formação inicial e continuada de nossos educadores.

Em consonância com a autora, muitos professores se julgam inseguros e despreparados para acolher e educar crianças com deficiência porém, se tal formação não é oferecida nos cursos universitários, é o próprio professor quem precisa se desafiar na busca de novas metodologias, novos saberes e novos jeitos de ensino e de aprendizagem, pois, a educação exige demandas que a formação generalista não consegue mais dar conta sozinha.

Para isso, é necessário que os professores também estejam envolvidos e comprometidos com uma educação que atenda a diversidade existente nas classes escolares. Nessa perspectiva, Figueiredo (2002, p. 75) aponta o despreparo de alguns professores frente à inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, afirmando que:

Alguns professores reclamam que a sala regular não é o espaço de aprendizagem para crianças com deficiência. Outros, embora reconheçam esse lócus como legítimo para todas as crianças, manifestam medo, dúvidas e ansiedades diante da criança, cuja demanda temem estar além de suas possibilidades.

Tais inquietações tornam-se cada vez mais recorrentes, visto que não afligem

somente aos professores que atendem alunos com deficiência, mas, principalmente, àqueles que ainda não trabalharam com essa realidade.

Como remonta os estudos de Omote (In: MARQUEZINE et al, 2001), essa nova visão inclusiva requer valores construídos e assumidos pelo educador que se contrapõem aos velhos hábitos enraizados negligenciadores das reais necessidades dos alunos excluídos, crenças que se cristalizam no decorrer da história, fortalecendo o descompromisso com os alunos, tratando-os como subprodutos de um processo no qual eles deveriam ser os principais sujeitos.

O que Omote (In: MARQUEZINE et al, 2001) revela foi percebido durante as visitas à sala de aula da aluna pesquisada, pois segundo a docente, o que a estimulava na busca de novos conhecimentos era perceber a força de vontade da criança em estudar para aprender a ler e escrever. A professora alegou também que o desejo da menina era o que mais a motivava a não negligenciar ou ignorar as necessidades que iam se apresentando no decorrer das aulas.

Para a efetivação e êxito deste trabalho, urge como imprescindível uma ação coletiva, planejada e dialogal, como lembra Guareschi (2003), onde cada agente educativo exerça um papel solidário e cidadão, pois, somente quando se coloca no lugar do outro, aprende-se a lutar pelos direitos iguais para todos.

RESULTADOS OBTIDOS

A educação da pessoa com deficiência visual no ensino público exige envolvimento de todos os que buscam uma escola aberta às diferenças. Após a realização das ações de assessoramento pedagógico e cursos de formação continuada, percebeu-se a professora mais disposta e dinâmica, buscando aprender rapidamente as novas metodologias e estratégias.

A professora passou a desenvolver um trabalho pedagógico mais articulado e voltado ao atendimento das especificidades de todos os alunos. O embasamento teórico recebido contribuiu para a ressignificação da própria prática pedagógica, tornando-a mais lúdica e enriquecedora, como relata na fala: “Eu me sentia angustiada, não queria excluir, mas, também não sabia o que fazer. Quando vocês chegaram, as coisas foram clareando e eu aprendi a lidar com a situação”.

Com este comentário, a professora também demonstrou maior segurança em desenvolver novas atividades, experimentando o que dava certo ou não no processo educacional da aluna com deficiência visual presente de fato e de direito na classe.

Com essa consciência, Morin (2004, p.13), explicita que, a educação contínua ou continuada é aquela: “{...} que se dá no processo de formação constante, de aprender sempre, de aprender em serviço, juntando teoria e prática. Refletindo sobre a própria experiência, ampliando-a com novas informações e relações”.

A mãe relatou que a cada progresso da filha, mostrava-se animada e ávida por

mais conhecimento nessa área. Assim, passou a acompanhar a filha em todas as atividades escolares, desde reuniões de pais até os deveres de casa. Para além das oportunidades que teve de aprendizado, desenvolveu o fortalecimento dos laços afetivos com a filha. Admirada pelo progresso que a criança obteve em tão pouco tempo, a mãe revela:

Antes, eu pensava que ela não ia conseguir fazer nada e ficava preocupada, fiz o curso e me deu esperança de ajudá-la em casa. Quando vi ela lendo a primeira letra, eu chorei muito e sei que ela vai conseguir chegar muito longe.

A aluna está frequentando a sala de recursos multifuncionais (SRM) em uma escola próxima de casa e já sabe ler e escrever, bem como realizar cálculos diversos no Sorobã e muito desse sucesso se deve ao esforço e orientação da professora e da mãe da aluna, que passou a acreditar mais no potencial da filha e acompanhar a educação dela tanto na escola quanto nos espaços de interação social.

Contudo, assinala-se que a família é o primordial suporte para o sucesso de uma pessoa, seja na vida pessoal ou profissional, de modo que precisa estar sempre atenta para não se tornar mais um aparelho ideológico do Estado, legitimador de comportamentos padronizantes do *status quo*, como relembra Engels (1984, p.124) que: "A família é produto do sistema social e refletirá o estado de cultura desse sistema" de acordo com os valores em que acredita.

CONCLUSÕES

Com base na experiência aqui relatada, concluiu-se que foi imprescindível acompanhar esse trabalho e perceber o desenvolvimento e aprendizado da aluna e como a aproximação familiar, elevou a autoestima, a autoconfiança e a valorização pessoal.

A turma toda ganhou com essa nova forma de aprender, baseada no respeito às diferenças existentes nos mais diversos âmbitos sociais. A partir desta experiência, os colegas passaram a respeitar e contribuir com a aprendizagem da aluna em questão. A escola também construiu um novo olhar sobre as atitudes e práticas em relação à inclusão de todos, inclusive dos alunos com deficiência visual no ambiente escolar.

Para melhor contribuir com o rápido diagnóstico de uma possível deficiência visual, recomenda-se que quaisquer suspeitas que os professores observem nas crianças, conversem com os pais e os oriente a levarem os filhos ao médico, pois a presença marcante da família em parceria com a escola é o maior suporte do aluno com ou sem deficiência para a obtenção de sucesso.

Recomenda-se, também que a professora escreva as experiências e evoluções dos estudantes com deficiência, para que tais apontamentos sirvam como um caminho a ser percorrido por futuros professores daquela criança.

Uma informação importante para a pesquisa, foi que a equipe de Assessoramento Pedagógica, em parceria com as escolas estaduais, detectou que a referida aluna, em 2019, está frequentando o 3º. Ano do Ensino Médio, sendo uma das mais aplicadas da turma. Ela contou à mãe que pretende cursar Pedagogia, para ajudar outras pessoas cegas a descobrirem, como afirma Câmara (1995, p. 144) que é: “[...] possível ter olhos apagados e ter olhar”.

A este respeito, Lemos (2008) assegura que a Inclusão é um projeto em pleno desenvolvimento e do qual não podemos mais fugir, porque, como acrescenta Gadotti (2004, p. 40), as pessoas não terão acesso a uma Educação emancipatória e libertadora, enquanto todos sejam “[...] trabalhadores ou não trabalhadores em Educação, Estado e Sociedade Civil – não se interessarem por ela” verdadeiramente.

Acredita-se, enfim, que uma Educação para todos supõe todos os segmentos sociais engajados lutando em prol da Educação, numa ação refletida, planejada e concretizada, não somente pela escola, mas por todos que dela fazem parte, direta ou indiretamente.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, Helder. **Um olhar sobre a cidade**. São Paulo: Paulus, 1995.

CERQUEIRA, Maria Teresa Almeida. **Currículo Funcional na Educação Especial para o Desenvolvimento do Aluno com Deficiência Intelectual de 12 a 18 anos**. Disponível em www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1068-4.pdf. Acessado em 16 2 19

CHACON, Miguel Cláudio Moriel. **Família e Escola: uma parceria possível em prol da inclusão?** In: AMIRALIN, Lúcia Toledo Moraes, (Organizadora). **Deficiência Visual: perspectivas na contemporaneidade** – 1. Ed. São Paulo: Vetor, 2009

EDLER CARVALHO, Rosita. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

ENGELS Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Global, 1984.

FIGUEIREDO, R. V. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUSA, Vanilton Camilo de (Orgs.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. São Paulo: Cortez, 9a. Ed. 2010

GADOTTI, Moacir; José F. Romão (orgs). **Autonomia da Escola – Princípios e Propostas**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GENTILI, Pablo (org.) **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação** 19. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (Coleção estudos culturais e educação)

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia crítica: Alternativas de mudança**. 54. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

JUSTAMAND, Michel. **Neoliberalismo: a máscara atual do capital**; Alexa Cultural. São Paulo: 2017.

LE MOS, Cátia de. Formação e Práxis do Professor Cego ou com Baixa Visão de Manaus. Dissertação de Mestrado em Educação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, Manaus, AM: 2008.

_____, Cátia de. O sujeito com deficiência visual: o olhar que supera barreiras. In: MATOS, Maria Almerinda de Souza, Organizadora. **Experiências interdisciplinares à luz das políticas inclusivas e práticas no contexto Amazônico**. – Manaus: Editora Vitória, 2013.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2.ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013.

MACHADO, Rosângela. Inclusão Escolar – Estou preparado? In: **Revista Aprendizagem**. Ano 2, n.05, mar/abr 2008.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 9.ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2004.

OMOTE, Sadao. “A concepção de deficiência e a formação do profissional em Educação Especial”. In: **Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial II**/Maria Cristina Marquezine, Maria Amélia Almeida, Eliza Dieko Oshiro Tanaka (Orgs.); apresentação Sadao Omote. Londrina, São Paulo: UEL, 2001.

PASTOR, G. C. **Uma Escolea Comum para Ninos Diferentes: La Integracion Escolar**. Barcelona: EUB, 2 ed revisada e atualizada, 1995.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza - Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SÁ, Elizabeth Dias de, CAMPOS, Izilda Maria de & SILVA, Myriam B. Campolina. **Deficiência Visual**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007. (Coleção Atendimento Educacional Especializado - AEE).

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos: a dialética entre perguntas e respostas**. Chapecó: Argos, 2013

SANFELICE, José Luis. **Inclusão Educacional no Brasil: Limites e Possibilidades**. In: Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas: n. 21, p. 29-40, novembro 2006

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

BRASIL. (1988). Constituição da República Federal do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **LEI Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000** - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm, Acessado em 7 2 19.

_____. **LEI Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm, Acessado em 7 2 19.

_____. **LEI nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996** – LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em 20 de dezembro de 1996 e atualizada em abril de 2013, por meio da Lei nº

12.796/2013. Disponível no site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acessado em 14 1 16.

_____. **Decreto 3.956 de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Aprovado pelo Conselho Permanente na sessão realizada em 26 de maio de 1999) disponível em: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/legislacao/legislacao-internacional/guatemala.pdf/view>. Acessado em 13 de fevereiro de 2019.

_____. Decreto 6.571/2008 do Ministério da Educação institui a **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília; MEC, 2008

_____. **NOTA TÉCNICA Nº 04/2014/MEC/SECADI/DPEE do Ministério da Educação** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Diretoria de Políticas de Educação Especial. Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-racial.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-276-0



9 788572 472760